A QUESTÃO CENTRO/PERIFERIA NO CONTEXTO EUROPEU |

ANALISANDO A REPÚBLICA TCHECA¹²

The center/periphery issue in the European context: analyzing the Czech Republic

NASCIMENTO, Carolina Monteiro de Castro³

Resumo: A partir do debate acerca da questão centro/periferia, o presente artigo objetivou analisar a inserção da República Tcheca na geopolítica internacional, evidenciando as dinâmicas e as relações de poder do país com o mundo. O intuito do artigo foi complexificar as concepções de centro/periferia e de Norte e Sul global ao tratar de um país europeu, pertencente à União Europeia, mas que mesmo assim não se configura como centro hegemônico de poder. Observou-se que durante praticamente todo o século XX a República Tcheca teve seu território invadido e submetido a outras nações, tornou-se política e economicamente dependente de outros governos, teve sua cultura e história oprimida e reformulada, e sua tradição alienada. Esses fatos históricos desembocam na disparidade econômica e política que o país vive em relação aos países centrais – ainda que tenha galgado um caminho de expressivo desenvolvimento, principalmente, a partir do século XXI.

Palavras-chave: Periferia. Sul Global. Europa Central. República Tcheca.

Abstract: Based on the debate on the center/periphery issue, this article aimed to analyze the insertion of the Czech Republic in international geopolitics, highlighting the dynamics and the power relations of the country with the world. The aim of the article was to complexify the concepts of center/periphery and the global North and South when dealing with a European country, belonging to the European Union, but that still does not constitute a hegemonic center of power. It was observed that during almost the entire 20th century, the Czech Republic had its territory invaded and subjected to other nations; it became politically and economically dependent on other governments, its culture and history oppressed and reformed, and its tradition alienated. These historical facts lead to the economic and political disparity that the country experiences in relation to the central countries - even though it has reached a path of expressive development, mostly, since the 21st century.

Keywords: Periphery. Global South. Central Europe. Czech Republic.

² Este artigo é oriundo da pesquisa feita na dissertação de mestrado do(a) autor(a). A pesquisa foi realizada durante intercâmbio realizado na Universidade de Hradec Králove, na República Tcheca, no primeiro semestre de 2019.

199

¹ Recebido em: 08 Mai. 2020 | Aceito em: 21 Mai. 2020.

³ Mestra em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC). Bolsista CAPES e Erasmus +. cah.castro@gmail.com

Introdução

Os debates acerca das dinâmicas e processos globais de hierarquização política, econômica e social não são incipientes, mas adquirem maior potência a partir da metade do século XX com os estudos pós-coloniais. Diante deste cenário, uma gama de terminologias e interpretações teóricas para se referir e analisar as divisões globais emergem, tais como metrópole/colônia, centro/periferia, centro/margem, Norte/Sul global, Ocidente/Oriente, entre outras. O que interessa para este artigo, mais do que diferenciar teórica e metodologicamente o uso de tais conceitos, é reconhecer que há um padrão histórico de inequidade de poder, riqueza e influência cultural – principalmente entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos da América em relação aos demais países do mundo (Connell, 2007).

O presente artigo traz como objeto central de seu estudo a República Tcheca, um país que, como argumentaremos, não se consolida como centro e nem faz parte do chamado Norte global. Essa afirmativa pode causar certo estranhamento, uma vez que se trata de uma nação europeia. Porém, o que o artigo argumenta é que é preciso complexificar a Europa enquanto centro imbuído de poder hegemônico e notar a existência de periferias dentro do continente. Nesse sentido, ainda que não seja objetivo do trabalho os estudos comparados, cabe mencionar que há outros países que também possuem pesquisas que realizam esse esforço de complexificar a Europa, como é o caso da Polônia (Simonová & Antonowicz, 2006), da Hungria (Karády & Nagy, 2019), da Bulgária (Boyadjieva, 2010), da Noruega (Karlsen, 2018), e outros.

O objetivo geral deste artigo é, portanto, analisar a inserção da República Tcheca na geopolítica internacional, evidenciando a tensão centro-periferia na relação do país com o mundo. Para se alcançar tal objetivo, o artigo foi desenvolvido em quatro tópicos. No primeiro tópico foram abordadas as questões relativas ao debate centro/periferia, definindo os conceitos de Norte e Sul global e evidenciando a lógica da narrativa construída pelo capitalismo global, bem como suas consequências dentro e fora da Europa. No segundo, o artigo propõe a complexificação do continente Europeu, revelando

o hiato que há entre a Europa Ocidental, a Europa Central e a Europa Oriental. O terceiro tópico oferece, por sua vez, um breve resumo da história política e social da República Tcheca, a fim de situar o(a) leitor(a) brasileiro(a) e fomentar a análise proposta pelo objetivo geral do trabalho. O quarto e último tópico, intitulado "República Tcheca: Norte ou Sul global?", apresenta a síntese do que foi trabalhado no artigo, unindo o aparato teórico ao caso empírico estudado.

1 A relação centro e periferia e os conceitos de Norte e Sul global

Os estudos acerca das relações centro e periferia em suas mais diversas aplicações e campos não são incipientes. Medeiros e Vieira (2007), ao desenvolverem a síntese do estado da arte de tais conceitos, explicam que sua primeira aplicação se deu em 1950, quando pesquisadores se dedicavam a compreender o mundo capitalista pós-guerra. O economista argentino Raúl Prebisch, com a publicação do documento da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal)⁴ chamado *El desarrollo económico de America Latina y algunos de sus principales problemas* cunhou o termo centro-periferia em sua análise a fim de explicar "o atraso e a subordinação da América Latina em relação aos países que compõem os centros desenvolvidos" (Medeiros & Vieira, 2007, p. 365), bem como encontrar possíveis soluções para tal relação de dependência.

Nessa toada, os conceitos de centro e de periferia foram traçados de maneira análoga à relação metrópole-colônia, baseados em uma lógica econômica e produtivista de um mercado global. Para Prebisch, os países da América Latina na década de 1950 se encontravam em uma situação homóloga à colonização, na qual as colônias eram responsáveis pela exportação de matéria prima e as metrópoles responsáveis pela industrialização dos produtos que, após tal processo, eram (re)vendidos aos mesmos

⁴ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) foi criada em 1948, e é uma comissões regionais das Nações Unidas. Seus objetivos são "contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social" (Cepal, 2020).

(Medeiros & Vieira, 2007). Essa relação de dependência culminou na estruturação de um centro e de uma periferia mundial que perdura ainda hoje, na qual essa se desenvolve à margem daquela.

O prognóstico da Cepal acerca da situação de dependência e da constituição da América Latina como periferia não se apresenta como a única interpretação deste cenário. Outras correntes e teóricos da dependência surgiram ao longo da segunda metade do século XX, distanciando-se mais ou menos da teoria Cepalina.

A Teoria da Dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1975), por exemplo, marca uma análise considerada mais branda (Medeiros & Vieira, 2007), por compreender que a relação de dependência não implica necessariamente "a inevitabilidade da história nacional [em] tornar-se o puro reflexo das modificações ocorridas no polo hegemônico externo" (Cardoso & Faletto, 1975, p. 140). Por outro lado, os autores ponderam que tais modificações "não são irrelevantes para a autonomia possível da história nacional" (Idem, 1975, p. 140). Em linhas gerais e simplórias, Cardoso e Faletto (1975) procuram a conciliação da dualidade centro/periferia ao afirmam que o capitalismo internacional permite que tanto os países do eixo dominante quanto os países dependentes se desenvolvam, mesmo que em medidas diferentes.

Ainda nesse ínterim, o sociólogo baiano Guerreiro Ramos se destacou pelo debate crítico, epistemológico e metodológico dos estudos latino-americanos no pós Segunda-Guerra. O autor deu lume à obra *A Redução Sociológica* em 1958, período o qual ele caracterizou como um momento de profundas transformações na estrutura da sociedade brasileira, que gerava "um conflito de duas perspectivas: a do país velho e a do país novo, a da mentalidade colonial ou reflexa e a da mentalidade autenticamente nacional" (Ramos, 1996, p. 68).

Outra corrente que se afasta da interpretação de Cardoso e Faletto e que radicaliza a teoria Cepaliana, é a marxiana. Aníbal Quijano (2014), em seu texto *Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina*, afirma que "o capitalismo mundial foi, desde o

princípio, colonial/moderno e centrado na Europa" (p. 786, tradução nossa)⁵, e ressalta que a atual globalização é o resultado desse processo de capitalismo mundial que, por sua vez, tem suas origens na colonização. Traçando a dinâmica dos diferentes padrões de poder global, Quijano desenha como o capitalismo mundial, a partir do controle e divisão do trabalho, definiu novas identidades aos países, hierarquizando populações e alocando-as em um "sistema-mundo" que tinha como centro dominante a Europa Ocidental⁶.

Ainda que não esteja no bojo do trabalho realizar uma análise mais aprofundada das teorias acerca do sistema-mundo *per se*, cabe destacar que esse conceito foi grassado a partir dos anos 1970 por diversas correntes que, em competição, objetivavam interpretar a dinâmica do mundo coetâneo⁷. Aníbal Quijano (2014) faz parte do grupo de sociólogos latino-americanos que se propuseram a fazer uma análise marxista do "sistema-mundo". Tais pensadores compreendiam que teorias como a Cepaliana limitavam-se a interpretar a tensão centro-periferia como "algo dado", sem romper com as próprias concepções de colonialidade e desenvolvimento econômico que estavam postas justamente pelo polo hegemônico. Nesse sentido, Quijano e outros pensadores marxistas propunham que o debate deveria problematizar o capitalismo global a partir da crítica aos padrões de poder que se distribuem pela economia, política, cultura e história e que constroem narrativas nacionais (Martins, 2013). Como Quijano (2014, p. 785-786, tradução nossa) explana:

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, ela decidiu a geografia social do capitalismo: o capital, como uma relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual todas as outras formas de controle do trabalho, seus recursos e produtos eram articulados. Isso o tornou dominante sobre todos eles e deu a toda essa estrutura de controle do trabalho um caráter capitalista. Mas, ao mesmo tempo, essa relação social específica estava geograficamente concentrada na Europa, especialmente e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa

⁵ "El capitalismo mundial fue, desde la partida, colonial/moderno y eurocentrado" (Quijano, 2014, p. 786).

⁶ O presente artigo abordará mais adiante os efeitos da categoria Ocidente como símbolo de poder; e como Europa Ocidental se refere a uma parte específica do eurocentrismo, dividindo e hierarquizando o próprio continente.

⁷ Para aprofundar nos estudos do "sistema-mundo", ver Wallerstein (2004).

medida e maneira, a Europa e o europeu se tornaram o centro do mundo capitalista⁸.

Assim, a Europa Ocidental, como centro, exerce seu poder sob todos os demais países e, ao incorporá-los em seu "sistema-mundo", reconfigura e homogeneíza tantas culturas, histórias e saberes em uma única ordem cultural global. Quijano explica que "como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia, o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção de conhecimento" (Quijano, 2014, p. 787, tradução nossa)⁹.

Por conseguinte, o capitalismo mundial eurocentrado dividiu o mundo não só entre centro e periferia, mas culminou em um processo de hierarquização política, econômica e social, revelando a estruturação de uma lógica dual de modernidade vs. primitivismo, do racional vs. irracional, do Ocidente vs. Oriente e tantas outras. Tais categorizações desvelam uma relação de reconhecimento de si próprio e do outro, na qual valores são atribuídos e assumidos. Enfatizando esse aspecto, o sociólogo argentino Enrique Dussel (1994) afirma que a modernidade nasceu justamente a partir da confrontação da Europa com o outro, e que "(...) Esse Outro não foi 'des-coberto' como Outro, mas foi 'em-coberto'" (Dussel, 1994, p. 8, tradução nossa)¹⁰.

Dussel (2000), assim como Quijano (2014), evidencia a relação centro-periferia nas produções históricas e culturais da modernidade. O autor explica em seu artigo *Europa, Modernidad y Eurocentrismo* que se o que é entendido por modernidade europeia é aquilo que decorre das possibilidades que se abrem a partir de sua centralidade – e

_

⁸ "Esa colonialidad del control del trabajo determinó la distribución geográfica de cada una de las formas integradas en el capitalismo mundial. En otros términos, decidió la geografía social del capitalismo: el capital, en tanto que relación social de control del trabajo asalariado, era el eje en torno del cual se articulaban todas las demás formas de control del trabajo, de sus recursos y de sus productos. Eso lo hacía dominante sobre todas ellas y daba carácter capitalista al conjunto de dicha estructura de control del trabajo. Pero al mismo tiempo, dicha relación social específica fue geográficamente concentrada en Europa, sobre todo, y socialmente entre los europeos en todo el mundo del capitalismo. Y en esa medida, y manera, Europa y lo europeo se constituyeron en el centro del mundo capitalista" (Quijano, 2014, p. 785-786).

⁹ "Como parte del nuevo patrón de poder mundial, Europa también concentró bajo su hegemonía el control de todas las formas de control de la subjetividad, de la cultura, y en especial del conocimiento, de la producción del conocimiento" (Quijano, 2014, p. 787).

¹⁰ "Ese Otro no fue 'des-cubierto' como Otro, sino que fue 'en-cubierto'" (Dussel, 1994, p. 8).

também da construção de todas as outras culturas como periféricas - então conclui-se que o etnocentrismo europeu é o único que pode se identificar com a proposta de "universalidade". O autor ainda afirma que "o 'eurocentrismo' da modernidade é exatamente o mesmo que confundir a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemonizada pela Europa como 'centro'" (Dussel, 2000, p. 29, tradução nossa)¹¹. Ou seja, a modernidade da qual Dussel (2000) criticamente se refere é aquela que promove uma universalidade abstrata construída a partir da ideia de Europa como centro.

Em suma, a delimitação e alocação das sociedades segundo concepções de fronteiras político-geográficas são construídas a partir de uma narrativa hegemônica eurocentrada. Categorias-chave como 'desenvolvimento' e 'modernidade' eram (e ainda são) empregadas a fim de se comparar sociologicamente sociedades nacionais. Esse padrão de análise comparativa foi sinalizado como dicotômico e hierarquizante pelos estudos sobre imperialismo e pós-colonialidade do século XX, que já apontavam o fato de países caracterizados como "desenvolvidos", "industriais" e "modernos" pertencerem a um grupo de metrópoles globais europeias, enquanto os demais países se mantinham marginalizados, constituindo uma periferia dependente (Connell, 2007; Coronil, 1996).

Ainda assim, é relevante considerar que o eurocentrismo não concerne a toda forma de conhecimento da Europa ou a todos os europeus, mas como proposto por Quijano (2014), a uma perspectiva específica de conhecimento que se utiliza de sua força hegemônica para se sobrepor e colonizar as demais formas de saberes, tanto dentro da Europa quanto mundialmente.

2 A relação centro e periferia dentro da Europa: o hiato entre Europa Ocidental, Europa Central e Europa Oriental

¹¹ "El 'eurocentrismo' de la Modernidad es exactamente el haber confundido la universalidad abstracta con la mundialidad concreta hegemonizada por Europa como 'centro'" (Dussel, 2000, p. 29).

A partir da revisão da bibliografia apresentada no tópico anterior, observou-se o crescente interesse da *intelligentsia* nos estudos acerca da tensão centro e periferia, bem como nas concepções de Norte e Sul global no contexto do sistema-mundo, no esforço de compreender a dinâmica do mundo globalizado. Os estudos latino-americanos foram pioneiros e responsáveis pela maior parte da produção sociológica do campo, uma vez que, desde o século XVI, se viram/foram alocados em condição periférica a partir da lógica eurocêntrica. Todavia, o que também é relevante perceber, e que o presente artigo propõe discutir, é que o próprio conceito de eurocentrismo e de Europa refere-se a uma parte específica da mesma, e não ao continente por inteiro. A Europa que se estabelece como Norte global, como centro do capitalismo mundial, é a Europa Ocidental. Nesse sentido, cabe questionar: quais são as Europas para além da ocidental? Como se estrutura a dinâmica hierárquica deste continente? Como são produzidas as periferias europeias?

Compreendendo a existência de tantos recortes, conceituar e resumir "Europa" em uma única categoria pode se traduzir em um esforço pouco frutífero. Além de abranger a reminiscência de séculos da história da humanidade, composta por uma miríade de acontecimentos dialéticos e complexos, a busca por uma categorização que englobe mais de cinquenta países gera, inevitavelmente, uma falsa isonomia. Nesse sentido, subcategorias foram criadas a fim de compreender mais detalhadamente as características e as dinâmicas deste continente.

Uma das categorizações mais antigas e que perdura ainda hoje é o dualismo Europa Ocidental e Oriental. Desde o século XVI, com o processo de colonização, a Europa Ocidental se tornou o centro global. A partir disso, "Oriente" torna-se para o Ocidente sinônimo de alteridade (Santos, 2016). Nesse contexto, a palavra "ocidente" não apenas "divide" o continente e o mundo, mas, por meio de um sistema valorativo e de dominação, os hierarquiza, desintegra histórias, cria condições de dependência, produz e interfere nas relações de poder entre os países, e gera diversas outras consequências históricas, políticas e sociais. Com vista a esta discussão, Fernando Coronil (1996), ao tangenciar a categoria "ocidente" como produtora de poder e ao discutir o termo "ocidentalismo" e suas repercussões, explica que:

(...) por "ocidentalismo", refiro-me ao conjunto de práticas representativas que participam da produção de concepções do mundo, que (1) separam os componentes do mundo em unidades limitadas; (2) desagregam suas histórias relacionais; (3) transformam a diferença em hierarquia; (4) naturalizam essas representações; e, assim, (5) intervêm, ainda que involuntariamente, na reprodução das relações de poder assimétricas existentes (Coronil, 1996, p. 57, tradução nossa)¹².

Europa Ocidental é, portanto, sinônimo de dominação, de força hegemônica, de potência mundial. Para que todos esses adjetivos lhe caibam é necessário, muito mais que sua condição histórica, a rotulação do *outro* como periférico. Said (1990, p. 13-14) aponta que "o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente), como sua imagem, idéia, personalidade e experiência de contraste". É justamente a partir da hierarquização das diferenças, ou seja, da caracterização do outro como periférico que o centro é estabelecido, uma vez que sistemas classificatórios implicam em formas de mutualidade (Coronil, 1996). O Oriente é definido então como a periferia do Ocidente, como o "outro" e, como coloca Said (1990, p. 17) "a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia". Essa definição carrega em si diversos outros pressupostos pejorativos e caricaturais que são, de certa forma, semelhantes aos assinalados pelas teorias pós-coloniais em relação à América Latina, como revisado no tópico anterior. Assim, tudo que não faz parte da Europa Ocidental é afastado a partir da categorização "Oriente". Nessa toada, mesmo os países que compõe o continente europeu, mas que não se consolidam com a força hegemônica do Ocidente, são afastados do centro, classificados como "Europa Oriental" ou, ainda, "Leste Europeu" ou "Europa do Leste".

A Europa Ocidental a qual nos referimos é também circunscrita por um período histórico. "Europa" como categoria significativa imbuída de poder hegemônico tem sua centralidade desenvolvida e fortificada em dois momentos: pelo processo imperialista de colonização a partir do século XVI, e pelo processo de industrialização e de formação do capitalismo global que se inicia no século XVIII (Santos, 2016). Em ambos contextos a

¹² "(...) by "Occidentalism" I refer to the ensemble of representational practices that participate in the production of conceptions of the world, which (1) separate the world's components into bounded units; (2) disaggregate their relational histories; (3) turn difference into hierarchy; (4) naturalize these representations; and thus (5) intervene, however unwittingly, in the reproduction of existing asymmetrical power relations" (Coronil, 1996, p. 57).

participação da Europa Oriental é secundaria e esmaecida pela dominação do ocidentalismo.

Ademais, a Europa Oriental vivenciou de maneira profunda duas guerras mundiais durante a primeira metade do século XX, tendo seus países como palco de inúmeros enfrentamentos, bombardeios, destruições e dizimação de suas populações. Este processo intenso e duradouro não significou apenas uma disputa territorial ou geográfica, mas o intercâmbio e o encobrimento de tantas tradições, culturas, etnias e línguas. Nesse sentido, é necessário examinar criticamente não só o mapa cartográfico da região (representação ilustrativa), mas o mapa discursivo, aquele que possa abranger e compreender as inúmeras variáveis envoltas na construção da história da região (Coronil, 1996). Isso pode ser observado em outras regiões do Sul global que tem se empenhado em revisitar suas histórias criticamente, vide estudos pós-coloniais, por exemplo.

A Europa Ocidental se manteve como centro do poder global até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 (Santos, 2016). Coronil (1996, p. 54, tradução nossa) explica que "com a consolidação da hegemonia dos EUA como potência mundial após 1945, o "Ocidente" mudou seu centro de gravidade da Europa para a "América" e os Estados Unidos se tornaram o referente dominante para o "Ocidente" 13. Tanto o desenvolvimento dos Estados Unidos como potência global, quanto a dominação e o declínio da União Soviética durante a segunda metade do século XX são fatos que explicam dissipação da força hegemônica da Europa Ocidental (Santos, 2016; Coronil, 1996). Nessa dinâmica, os centros e as periferias globais e europeus foram alterados e, apesar da divisão dualística Ocidente e Oriente permanecer, outras categorias identitárias emergiram, como o conceito de Europa Central.

A Europa Central como categoria identitária carregada de significado ganha força e relevância nos estudos acadêmicos após a queda da União Soviética, no fim do século XX. No pensamento político, os estudos da Europa Central surgem como "(...) uma tentativa das nações da região para pensar em si mesmos como sujeitos, não apenas

-

¹³ "With the consolidation of U.S. hegemony as a world power after 1945, the "West" shifted its center of gravity from Europe to "America", and the United States became the dominant referent for the "West"" (Coronil, 1996, p. 54).

objetos da história" (Rupnik, 1990, p. 250, tradução nossa)¹⁴. Ou seja, ao assumirem sua identidade como Europa Central, os países dessa região buscavam a fortificação de sua narrativa como sujeitos de sua própria história, e não mais objetos dependentes ora da Europa Ocidental capitalista, ora da União Soviética e do Bolchevismo.

Atualmente, a região da Europa Central é representada pelos países que estão no centro geográfico da Europa e que, além de dividirem fronteiras, dividem uma história política, geográfica e cultural de muitas transformações. São eles: Alemanha, Polônia, República Tcheca, Hungria, Eslováquia, Áustria, Eslovênia, Liechtenstein e Suíça. Os autores tchecos Petrašová e Svácha (2017, p. 33, tradução nossa) explicam que "durante os últimos mil e duzentos anos, os países da Europa Central alteraram suas fronteiras, aumentaram e diminuíram seus tamanhos, se integrando e saindo de entidades supranacionais, deixando de existir e reemergindo" 15. Essas são, de modo geral, as características que unem os países da região.

Pelo estado da arte percebe-se que a auto rotulação desses países como Europa Central – e não mais Europa Oriental – é carregada de significados. Como já mencionado, é uma forma de tomar posse de suas próprias narrativas, mas é também uma estratégia de se posicionarem como uma unidade mais forte e coesa perante a geopolítica global. Um dado relevante que corrobora com essa interpretação é o fato de a maioria das universidades da região possuírem um departamento que se dedica exclusivamente aos Estudos da Europa Central (*Central European Studies*), oferecendo cursos, normalmente, no nível de Pós-Graduação. O interesse em investir em pesquisas científicas sobre a e na Europa Central revela uma demanda por soluções que respondam aos problemas específicos da região que, muito provavelmente, não estão sendo respondidos pela agenda acadêmica e científica do Norte global, além de estreitar os laços entre os países que compõem a Europa Central.

¹⁴ "(...) an attempt by the nations of the area to think of themselves as subjects, not merely as objects, of history" (RUPNIK, 1990, p. 250).

 $^{^{15}}$ "During the last twelve hundred years the Central European countries have altered their borders, increased and diminished in size, become part of larger state entities and broken away from them, ceased to exist and re-emerged" (Petrašová & Švácha, 2017, p. 33).

Nesta perspectiva, em 2014, foi criado o *Central European Network for Teaching and Research in Academic Liasion* (CENTRAL)¹⁶. O CENTRAL é uma rede de cooperação acadêmica entre cinco universidades de destaque da Europa Central, sendo elas: a *Humboldt-Universität* (Berlim/Alemanha), a Universidade Carolina (Praga/República Tcheca), a Universidade de Viena (Áustria), a Universidade de Varsóvia (Polônia) e a Universidade ELTE (Budapeste/Hungria). Os trabalhos realizados pela CENTRAL consistem em núcleos de pesquisa, *workshops* e projetos para formação de pesquisadoras e pesquisadores da Europa Central.

Pode-se aqui traçar, mais uma vez, um paralelo com a situação da América Latina. O movimento anti-imperialista que surge dentro e fora da academia evidencia a necessidade de desenvolver e implementar centros de pesquisa específicos para a região, uma vez que se percebe a dissonância entre a pauta do Norte e do Sul global. Nesse sentido, é interessante mencionar, para o caso brasileiro, o trabalho de Barros e Tavolaro (2017, p. 42) que ao mapearem os centros e instituições que pesquisam a região latino-americana encontraram "um conjunto de 146 iniciativas institucionais sediadas no país e em operação, criadas nas últimas quatro décadas e meia, que têm "América Latina" como unidade de análise e foco de atuação" 17.

Por fim, é evidente que, mesmo dividindo a Europa em três subcategorias, as relações internas de cada uma delas podem revelar outras formas de dominação e de hierarquização. Recortes necessários de gênero, raça, classe, de países pertencentes à União Europeia ou não, de fenômenos como imigração em massa ou de culturas marginalizadas como a cigana desvelam a multiplicidade de relações centro/periferia dentro de cada categoria. Há, dentro da Europa Ocidental, periferias. Há, dentro da Europa Oriental e Central, certa força hegemônica. Tratar de todos os países está além do alcance e do objetivo deste trabalho, que se limita a tratar da República Tcheca. Assim, se faz

_

¹⁶ Website da entidade: https://www.projekte.hu-berlin.de/en/central/index html?set language=en Acesso em: 20 Out. 2019.

¹⁷ Por outro lado, as autoras enfatizam que a maioria dessas iniciativas estão balizadas em grupos de pesquisa, o que "sugere o baixo grau de consolidação institucional dessas iniciativas, as quais se veem ainda mais vulneráveis e sujeitas a descontinuidades em situações de cortes de recursos do financiamento público" (Barros & Tavolaro, 2017, p. 70).

necessário revisar o contexto histórico do país para que se possa, então, evidenciar a tensão centro/periferia em que o ele se insere.

3 A República Tcheca: uma breve revisão histórica

O território que hoje é conhecido como República Tcheca possui uma história geográfica e política muito singular. O que nos interessa ao revisar a história política e social da República Tcheca é perceber os contextos que possam explicar sua posição dentro do sistema-mundo moderno. Assim, limitaremos a revisão mais densa ao século XX, tangenciando brevemente o período anterior do Império Austro-Húngaro.

Cabe ressaltar que cada um dos acontecimentos históricos descritos nesse tópico foram objetos de análise profunda dos mais diversos campos – sociologia, ciência política, história, etc. A bibliografia específica de cada assunto é extensa, e apresenta-la de forma completa sairia do escopo do trabalho. Assim, o que é discutido aqui é um resumo da história política e social do país para situar o(a) leitor(a) brasileiro(a) que possui pouca referência sobre o país e região e fomentar a análise do objetivo do artigo¹⁸.

Por séculos, o país teve seu território alterado pela dominação de impérios e governos, foi submetido a guerras, teve sua cultura encoberta e novas tradições impostas e vivenciou fluxos de imigração, de autoritarismo e de totalitarismo. É um país que teve que lutar por sua independência durante diversas fases de sua existência. O império Austríaco e, posteriormente, Austro-Húngaro marca o primeiro ponto de análise deste artigo.

Durante cento e quatorze anos, de 1804 a 1918, as terras tchecas viveram sob dominação do Império Austríaco e do Império Austro-Húngaro. Esse fato é de extrema relevância para explicar o anacronismo da Europa Central em relação ao mundo capitalista liberal, uma vez que manter uma estrutura de unidade política imperial,

¹⁸ Para estudos mais aprofundados dos acontecimentos ver: Urbánek (1994), Krejčí e Machonin (1996), Shepherd (2000), Aslund (2002), Arnason (2002, 2005), Čornej e Pokorný (2015), Bertonha (2015).

governada por imperadores e reis até o século XIX se revela dissonante à estrutura que o Ocidente capitalista dotado de poder hegemônico impunha na época (Bertonha, 2015). Pode-se dizer que a existência duradoura de uma potência multinacional gerou certa dificuldade no processo de construção da identidade nacional¹⁹ de cada país após a dissolução do império. Eram múltiplas regiões e culturas sob um mesmo domínio. Como evidencia Bertonha (2015, p. 120) "em 1910, de cada cem austro-húngaros, 24 eram alemães, 20 húngaros, 13 tchecos e eslovacos, 10 poloneses, oito ucranianos (rutênios), seis romenos, cinco croatas, quatro sérvios, três eslovenos, dois italianos e um bósnio, além de outras nacionalidades menores"²⁰.

Somente em 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial e com a inevitável queda do Império Austro-Húngaro, que os países que estavam sob sua dominação declararam suas independências. Assim foi formada a Primeira República da Tchecoslováquia, compreendendo o território dos países que hoje são conhecidos como Tchéquia²¹ e Eslováquia. A junção dos dois territórios em uma nação não foi somente uma resposta ao fim do império, mas sim uma estratégia e o resultado de décadas de trocas culturais, facilitada pela aproximação linguística e a compreensão dos potenciais efeitos de uma aliança política. Como Arnason (2005, p. 439, grifos do autor, tradução nossa) explica:

A ideia de uma união Tcheco-Eslovaca não era uma estratégia *ad hoc*, inventada em resposta às novas oportunidades de quando a crise imperial entrou em sua fase terminal; o projeto político de um Estado comum era novo, mas foi construído a partir de uma longa história cultural de contatos, facilitada por línguas mutualmente inteligíveis e ligadas por noções anteriores dentro de um império reorganizado²².

_

¹⁹ Não faz parte do escopo do trabalho adentrar na problemática da formação de identidades nacionais na Europa Central. Porém, uma vez mencionado, considera-se relevante a indicação de bibliografia sobre o tema. Assim, ver: Rupnik, 1990; Bertonha, 2015.

 $^{^{20}}$ Por "nacionalidades menores" o autor se refere a populações com menor número de indivíduos, não a um sistema valorativo e hierárquico.

²¹ Em 2016, o país passou a adotar também como seu nome oficial "Tchéquia", suprimindo "República" do nome, como diversos outros países já assim fizeram.

²² "The idea of a Czech–Slovak union was not an *ad hoc* strategy, invented in response to new opportunities when the crisis of the empire entered its terminal phase; the political project of a common state was new, but it grew out of a long history of cultural contacts, made easier by mutually intelligible languages, and linked up with earlier notions of a political alliance within a reorganized empire" (ARNASON, 2005, p. 439, grifos do autor).

Ainda que a aliança formada tenha sido derivada do que se poderia chamar de solidariedade mecânica, ou seja, a partir do reconhecimento das similitudes dos dois territórios, a República da Tchecoslováquia teve, ao longo de sua existência, vários períodos de mais ou menos coesão, integração cultural e desenvolvimento econômico. A Primeira República da Tchecoslováquia compreendeu praticamente todo o período entre guerras (1918 – 1938), e teve como principais governantes o presidente fundador Tomáš Garrigue Masaryk (TGM) e seu discípulo Edvard Beneš.

TGM projetou a nova ordem política e econômica da Primeira República com base na teoria marxiana, a partir das concepções de modernidade e democracia - ainda que ele também fomentasse críticas a Marx. Para ele, a democracia era uma forma de vida social e a antítese dos pilares tradicionais representados pela ordem aristocrática e teocrática. Segundo Masaryk, a democracia seria intrínseca à ética e à dignidade cultural do trabalho, deveria se afastar de qualquer lógica religiosa e deveria ser fundamentada na discussão e no debate público (Arnason, 2005).

Durante a década de 1920, o país experimentou um desenvolvimento econômico próspero e lidou com as diferenças culturais com relativo sucesso. Foram anos em que o território tcheco observou a criação e a expansão de universidades e institutos de ciência, por meio de maiores investimentos e destaque. A segunda década (1930), por outro lado, foi marcada pela crise que assolou a Europa e que culminou na invasão nazista e na dissolução da República da Tchecoslováquia. De 1933 a 1938, a Tchecoslováquia era o único país da Europa Central que possuía um regime democrático. Até que, em 1938, Adolf Hitler anunciou seu intuito de invadir o país e anexar parte de suas terras ao seu Reinado, com a justificativa de que a região fronteiriça com a Alemanha estava, na realidade, povoada por alemães²³ (Arnason, 2005).

_

²³ Cabe aqui enfatizar que esta é a maior característica do movimento nazista. Hannah Arendt (1994) explica que uma das idiossincrasias do totalitarismo é que ele não é movido por ambições econômicas ou simplesmente pelo desejo de dominação. A justificativa e motivação por trás da sua expansão está no desejo de separar e categorizar a população pela etnia e costumes, descartando fronteiras geográficas e eliminando o sentimento de pertencimento a um Estado-Nação. O nazismo, portanto, segue a lógica do racismo e do pensamento étnico para se disseminar e se expandir. Porém, a autora coloca o Nazismo e o Bolchevismo como o mesmo tipo de totalitarismo. O presente artigo, por outro lado, compreende que os dois regimes diferem significativamente em suas motivações e atuações, atentando-se ao fato do movimento comunista se desenvolver como uma *reação* ao nazismo. Ele se difunde a partir de pautas antifascistas e

Os países aliados que prestavam segurança militar à Tchecoslováquia (França e Reino Unido) decidiram que não enfrentariam a ameaça de ocupação de Hitler e deixaram a cargo do então presidente Edvard Beneš a decisão de se submeter à ordem alemã ou lutar sozinho. Apesar da pressão que recebia da população - que demonstrava interesse em ingressar na luta pela soberania de seu país - Beneš aceitou os termos de Hitler e cedeu as terras de *Sudetenland*²⁴, renunciando ao seu cargo e se exilando no Reino Unido logo em seguida. Em setembro de 1938, a Alemanha Nazista assinou juntamente com Itália, França e Reino Unido o Acordo de Munique que regia o direito de Hitler em anexar parte do território tcheco ao seu reinado. Em linhas gerais, o acordo teve como objetivo evitar a invasão violenta que Hitler ameaçava e, consequentemente, a guerra (Čornej & Pokorný, 2015).

Assim que o acordo foi assinado, Hitler iniciou o processo de tomada territorial, marcado por seu desenvolvimento rápido, violento e extensivo. A ocupação da fronteira retirou a defesa da Tchecoslováquia e deixou o país vulnerável, com significativa perda de soberania nacional. A entrada da Alemanha Nazista não significou apenas uma invasão pragmática de ordem política e econômica, mas uma radical ruptura social e cultural da tradição tchecoslovaca. A propaganda nazista enfatizava paulatinamente que, por exemplo, o desenvolvimento cultural do país dependia das tradições alemãs, regendo uma ideia de hierarquização cultural (Čornej & Pokorný, 2015).

Em março de 1939, Hitler rompeu com o Acordo de Munique e invadiu o restante do país, dissolvendo a Tchecoslováquia. Foi proclamado, então, o território "Protetorado da Bohemia e Morávia" que legalmente possuía autonomia e seu próprio governo, mas que na prática estava submisso às decisões da Alemanha Nazista. Entrementes, movimentos separatistas de origem eslovaca aproveitaram o momento de maior fraqueza do território tcheco e proclamaram, em outubro de 1939, a Primeira República Eslovaca, expulsando os cidadãos tchecos do território. Ainda assim, tem-se como entendimento

anticapitalistas, e não é movido pela lógica racista. Teve diferentes fases e apresentou diferentes características ao longo dos quarenta anos em atuação. O debate acerca do movimento comunista da União Soviética será aprofundado no decorrer do artigo.

²⁴ A tradução do termo é "terra dos Sudetos" e corresponde à região de cadeia montanhosa que se baliza na fronteira das atuais Alemanha, República Tcheca e Polônia.

que o Acordo de Munique foi de absoluta importância, uma vez que adiou a guerra e proporcionou tempo para que os países aliados se organizassem e estivessem um pouco mais preparados em suas estruturas bélicas (Čornej & Pokorný, 2015).

Como é cediço, durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) o povo tcheco sentiu a violência em sua forma mais bruta e constante. Perseguições política, ideológica, identitária e racial, execuções de líderes políticos, culturais e intelectuais, massacres, fechamento de universidades, censura, exílio, entre tantas outras formas de opressão e dominação. A resistência se formou desde o primeiro momento da invasão nazista, inicialmente liderada por militares e políticos tchecos exilados e, posteriormente, em conjunto principalmente com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e também com os Estados Unidos da América (EUA).

A partir de 1941, esses movimentos de resistência aumentaram em número e força, e a contrarreação da Alemanha Nazista foi orquestrada com mais violência ainda, com ataques radicais pela polícia secreta de Hitler, a *Schutzstaffel* (SS). A repercussão dessa onda de mais violência mobilizou a organização internacional das nações que se opunham ao regime totalitário alemão. O exército vermelho da URSS e o exército estadunidense passaram a atuar diretamente contra a Alemanha e seus aliados - Itália e Japão. A partir de então, foi uma questão de tempo para que Hitler perdesse poder e recuasse e, consequentemente, a guerra cessasse em 1945.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Protetorado da Bohemia e Moravia e a Primeira República Eslovaca deixaram de existir, e a Terceira República da Tchecoslováquia foi estabelecida, liderada por Edvard Beneš como presidente. A reestruturação do país teve como grande aliado a URSS, para a qual parte do seu território foi cedido. Em 1947, os EUA lançaram o Plano Marshall, que consistia em um empréstimo de capital para que os países europeus afetados pela Segunda Guerra pudessem se reerguer. A Tchecoslováquia apresentou interesse em receber este empréstimo, mas a URSS viu o acordo como imperialismo e uma tentativa de ataque à soberania dos países em questão. Assim, indo ao encontro da posição do governo de Stalin (URSS), Beneš rejeitou a proposta norte-americana.

A partir de então, ficou claro o novo jogo de forças que se apresentava na região e no mundo. O contraste entre o capitalismo estadunidense e o comunismo soviético se intensificou, concretizando-se na chamada Guerra Fria que dividiu o mundo em dois projetos políticos, econômicos e sociais em disputa. A respeito deste período, Koleva (2018, p. 167, tradução nossa) escreveu que:

A Guerra Fria, rapidamente iniciada, dividiu a humanidade em dois mundos geopolíticos cuja fronteira atravessava todas as esferas da sociedade, incluindo o estudo sociológico da sociedade. No entanto, os dois mundos continuaram a existir no quadro da modernidade, embora estivessem implementando dois projetos diametralmente opostos para a organização racional, isto é, científica da sociedade²⁵.

A comunista União Soviética, portanto, possuía grande espaço e abertura no processo de decisão do governo da Tchecoslováquia, apontando e impondo suas agendas, tais como a nacionalização das empresas dos mais diversos setores, a nomeação de comunistas para os cargos-chefe de administração do estado, a atuação no enfraquecimento dos partidos não-comunistas, dentre outras. A tensão no país entre a frente comunista e os partidos de oposição se intensificou na medida em que Stalin e, principalmente, o Partido Comunista da Tchecoslováquia (daqui adiante KSČ)²⁶ pressionavam o governo. Em 1948, Beneš renunciou ao cargo ao se recusar a assinar a nova constituição escrita pelo KSČ, que compunha a maioria do parlamento. Essa mudança constitucional e a renúncia do presidente foram vistos, por parte da população, como o único caminho possível para a reestruturação do país pós-guerra. Outros interpretaram a situação como um golpe (Arnason, 2005).

O período de 1948 até a morte de Stalin em 1956 foi marcado pela implementação do modelo soviético na Tchecoslováquia, a partir da atuação do KSČ e do controle da URSS. Foi uma década marcada pela execução de medidas práticas e simbólicas que tinham como objetivo se afastar dos movimentos reformistas e radicalizar a posição do novo

-

²⁵ "The quickly begun Cold War divided humankind into two geo-political worlds whose borderline crossed all spheres of society, including the sociological study of society. However, both worlds continued to exist in the framework of modernity, although they were implementing two diametrically opposed projects for the rational, i.e. scientific, organization of society" (Koleva, 2018, p. 167).

 $^{^{26}}$ KSČ refere-se à Komunistická strana Československa, nome em tcheco do Partido Comunista da Tchecoslováquia.

regime, dentre elas a estatização das principais indústrias e instituições, o fim da autonomia do judiciário e das eleições livres, censura a movimentos que ameaçassem a comunismo ortodoxo, a construção de monumentos em homenagem a Stalin e ao Partido Comunista da Tchecoslováquia e da União Soviética, entre outros (Čornej & Pokorný, 2015; Arnason, 2005). Ao final da década de 1950, com a nova constituição, o país se tornou oficialmente uma República Socialista, suas indústrias e instituições estavam completamente socializadas e governadas pelo Estado ou por cooperativas e 88% da terra destinada à agricultura estava coletivizada (Krejčí & Machonin, 1996).

No entanto, após a morte de Stalin, durante a década de 1960, o país vivenciou um período de mudança política, uma "de-Stalinização", no qual os movimentos comunistas reformistas que objetivavam a mudança política de forma institucional e gradual, ganharam força e espaço. Em janeiro de 1968, com a posse de Alexander Dubček na presidência, a Tchecoslováquia vivenciou o período conhecido como Primavera de Praga, na qual a censura foi eliminada, a universidade adquiriu maior independência, a imprensa ganhou liberdade de expressão e 11 mil presos políticos receberam anistia. É importante destacar que a base da mobilização em prol da redemocratização não era composta somente por políticos reformistas. Este período foi marcado pela atuação militante de intelectuais, poetas, pintores, músicos e demais cidadãos que pressionavam o regime comunista ortodoxo e demandavam o fim da censura e da repressão (Krejčí & Machonin, 1996). Arnason (2002) enfatiza que tal polarização (força popular x poder político institucional) definiu a Primavera de Praga como um movimento social *sui generis*.

Porém, a flexibilização vivenciada na década de 1960 teve seu fim em agosto de 1968, quando a União Soviética, juntamente com os demais países do Pacto de Varsóvia²⁷, invadiu o país com o exército em tanques de guerra. Este processo foi chamado de "Era da Normalização". A invasão dos países do Pacto de Varsóvia foi justificada como uma resposta imediata e rápida para cessar as reformas de centro-esquerda da década de 1960, vistas como subversivas e perigosas para a manutenção do regime comunista.

²⁷ O Pacto de Varsóvia foi a aliança firmada entre as Repúblicas Socialistas da Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia e Bulgária, juntamente com a URSS. O pacto consistia entre uma união militar para evitar ataques aos governos comunistas.

A ocupação soviética e a Era da Normalização não foram efêmeras. O movimento neo-Stalinista perdurou por mais vinte anos. A perseguição ideológica do período foi marcada pelo expurgo daqueles que participaram da Primavera de Praga e a formação de uma nova elite política que expulsou todos os reformistas dos cargos políticos, públicos e das universidades. O país teve, mais uma vez, sua soberania limitada e voltou a se tornar um satélite dependente da URSS (Krejčí & Machonin, 1996).

Conquanto, a partir dos anos 1980, países vizinho à Tchecoslováquia e também satélites da URSS iniciaram um processo de reformismo político, no qual a dominação soviética foi perdendo força. Nesse cenário, aprofundado pela intensificação da Guerra Fria, estudantes da Tchecoslováquia iniciaram manifestações de oposição ao governo. Com a desmoralização do partido internamente e a da URSS de forma geral, em 1989 a Tchecoslováquia elegeu seu primeiro presidente não-comunista em 41 anos. Esse processo foi chamado de Revolução de Veludo (Shepherd, 2000).

Com o fim oficial do regime soviético, em 1989, os países da Europa Central e Oriental tiveram que aplicar hercúleos esforços no processo de reestruturação institucional de suas ordens política, econômica e social. O fluxo de pesquisas realizadas na e para a região ex-soviética se intensificaram. Iniciava-se o planejamento e a estruturação de uma nova lógica institucional e soberana. Assim, em 1993, a Tchecoslováquia decidiu se separar, tornando-se oficialmente os países independentes República Tcheca e Eslováquia.

As reformas implementadas pela região da Europa Central tiveram como ênfase a integração desses países com o mundo capitalista ocidental, o que foi paradoxalmente visto pelo Norte global tanto como uma oportunidade, como uma ameaça. A oportunidade estava justamente nas possibilidades que a nova estrutura apresentava em termos de trocas de bens, trabalho, serviços e capital (Aslund, 2012). Por outro lado, a abertura política e econômica dos ex-países soviéticos representava o risco de grandes fluxos de imigração. Com efeito, os investimentos realizados pelo Ocidente na transição dos países em questão tinha como uma de suas principais motivações "auxiliar seus vizinhos mais próximos em seus desenvolvimentos econômicos para convencer as pessoas a ficar em

casa, enquanto desejavam manter as pessoas mais distantes por meio de regulação de visto severas" (ASLUND, 2012, p. 282, tradução nossa)²⁸.

Os investimentos realizados pelo ocidente tinham como contrapartida a implementação de diversas medidas liberais, tais como privatizações em massa, abertura para o comércio internacional e aumento da competitividade, e a República Tcheca instaurou tais medidas de forma extensiva e agressiva (Louzek, 2018; Shepherd, 2000). Ademais, o país adotou drásticas mudanças em seu sistema político, sendo as principais o fim do partido único e a incorporação do sistema multipartidário, a estruturação de um parlamento com as frentes do governo e da oposição e, em 2004, o ingresso na União Europeia (UE).

Já se passaram vinte anos desde a Revolução de Veludo e agora os desafios e barreiras enfrentados pela República Tcheca não parecem mais advir do seu *status* histórico de país socialista, mas sim de seus desenvolvimentos próprios dentro do sistema-mundo. O país tem vivenciado um progressivo crescimento de sua economia e possui atualmente a menor taxa de desemprego da UE. Ainda assim, em pesquisa realizada pelo *Eurobarometer* revelou-se que há um forte ceticismo tcheco em relação à sua participação nesse sistema político transnacional. Kratochvíl e Sychra (2019, p. 21, tradução nossa) explicam que o "euroceticismo tcheco consiste na mistura de esperanças frustradas de um processo de tentar alcançar os Estados membros mais ricos da UE, a suspeita tradicional tcheca em relação às grandes potencias, e uma pitada de aversão tcheca geral à grandes visões de qualquer tipo"²⁹. Os autores revelam que o ceticismo também está relacionado a percepção de que o país se encontra em situação de dependência da UE, tendo sua autonomia limitada pelos países centrais que decidem o rumo dos mais periféricos.

²⁸ "To assist their closest neighbors in their economic development to convince their people to stay at home, while they desired to keep more distant people away through strict visa regulations" (Asland, 2012, p. 282).

²⁹ "Czech Euroscepticism consists of a mixture of the dashed hopes of a fast catching up process with the richer EU member states, the traditional Czech suspicion towards great powers, and a pinch of the general Czech dislike of grand visions of any kind" (Katrochvíl & Sychra, 2019, p. 21).

Em suma, a República Tcheca possui uma longa história política e social de dominação, luta e contínuas independências conquistadas. Longe de encerrar com o trabalho historiográfico do país, esse tópico apresentou apenas os diferentes contextos que marcaram o território tcheco e que lhe conduziram à posição no sistema-mundo que se encontra atualmente, discutida mais diretamente no próximo tópico.

4 República Tcheca: Norte ou Sul global?

A partir da revisão da literatura pertinente realizada nos tópicos anteriores, é possível alcançar algumas máximas. Primeiramente, pode-se afirmar que o capitalismo global e a dinâmica do "sistema-mundo" tem atraído a atenção dos pesquisadores de vários países há quase um século, o que resulta em uma miríade de interpretações e correntes. Em segundo lugar, as concepções de centro e periferia global ou de Norte e Sul global - ainda que multiparadigmáticas - correspondem a certas características que podem ser utilizadas a fim de se compreender e categorizar os países do mundo dentro de uma perspectiva global. Dados e Connell (2012, p. 13, tradução nossa) afirmam que

> O termo Sul global funciona como mais do que uma metáfora para o subdesenvolvimento. Refere uma história inteira do colonialismo, neoimperialismo e mudanças econômicas e sociais diferenciadas, através das quais são mantidas grandes desigualdades nos padrões de vida, expectativa de vida e acesso a recursos³⁰.

À guisa de resumir o que já foi revisado, propomos como síntese das características do Sul global o que Guerreiro Ramos (1960) estruturou a respeito da situação brasileira na década de 1960 e que, resguardadas as limitações óbvias relativas a idiossincrasia de cada país, pode ser estendida aos demais que apresentam/apresentavam condição periférica. Assim, Guerreiro sintetiza esse quadro em cinco características.

³⁰ "The term Global South functions as more than a metaphor for underdevelopment. It references an entire history of colonialism, neo-imperialism, and differential economic and social change through which large inequalities in living standards, life expectancy, and access to resources are maintained" (Dados & Connell, 2012, p. 13).

A primeira característica é a dualidade estrutural, na qual o país vivia duas realidades estruturais diferentes. Há uma estrutura mimetizada do centro, na qual, vista a partir do exterior, o Brasil estaria na condição de capitalismo em desenvolvimento. Entrementes, internamente, era escravocrata, ou seja, vivia uma fase anterior à postulada internacionalmente. Assim, o país era atravessado por uma "contemporaneidade do não coetâneo" (Lynch, 2015). A segunda é a heteronomia, explicada pela adesão acrítica dos moldes culturais e tecnológicos que carregavam mais prestígio, ou seja, aqueles que advinham das metrópoles. A terceira característica é a alienação, que é o resultado de quando o país se torna "proletariado externo dos países do centro econômico" (Ramos, 1960, p. 93). Pela alienação, a sociedade em condição de periferia se enxerga a partir da ótica do outro, possuindo assim uma deficiência de autodeterminação e do controle de si próprio. O quarto traço é o do amorfismo, que deriva das sucessivas intervenções estrangeiras e da relação inorgânica que o país possui com seu próprio território e história, e que o impedem de constituir forma própria. A última característica é a inautenticidade, uma vez que, ao pautar-se por normas que visavam justamente a manutenção de sua condição periférica, os valores do país não representavam "uma apropriação racional e simpática dos acidentes de nossa imediata moldura natural e histórica" (Ramos, 1960, p. 96).

Em suma, um país pertencente ao Sul global em condição de periferia é aquele que 1) se encontra desconexo com a contemporaneidade dos países centrais; 2) teve sua cultura e história universalizada a partir de um processo que gerou heteronomia cultural; 3) é alienado ao passo que ele se observa somente a partir da ótica do outro, sendo o outro o central; 4) é amórfico em suas tradições, por tantas intervenções estrangeiras em suas estruturas; e, por fim 5) é inautêntico diante sua história, justamente por sua condição de alienado.

Ao balizar o debate nas categorias de Norte e Sul global é possível, portanto, complexificar a Europa e compreender que nem todos os países que fazem parte do continente pertencem ao Norte global. Salientamos, então, a proposta de Chakrabarty (2000, p. 16-17, tradução nossa) de provincializar a Europa, orientando para a compreensão da pluralidade de periferias existentes:

Como deve estar claro agora, provincializar a Europa não é um projeto de rejeitar ou descartar o pensamento europeu. Relacionar-se com um corpo de pensamento ao qual se deve em grande parte a existência intelectual não pode ser uma questão de exigir o que Leela Gandhi chamou apropriadamente de "vingança pós-colonial". O pensamento europeu é ao mesmo tempo indispensável e inadequado para nos ajudar a refletir sobre as experiências da modernidade política em nações não ocidentais, e provincializar a Europa se torna a tarefa de explorar como esse pensamento - que agora é patrimônio de todos e que afeta todos nós pode ser renovado de e para as margens. Mas, é claro, as margens são tão plurais e diversas quanto os centros. A Europa parece diferente quando vista de dentro das experiências de colonização ou inferiorização em partes específicas do mundo. Estudiosos pós-coloniais, falando de suas diferentes geografias do colonialismo, falaram de diferentes europeus. (...) No entanto, por mais múltiplos que sejam os locais da Europa e por mais variados colonialismos, o problema de ir além das histórias eurocêntricas continua sendo um problema compartilhado entre fronteiras geográficas³¹.

Considerando o que foi apresentado e sintetizado a respeito das características de um país periférico e do que foi revisado acerca da história política e social da República Tcheca, torna-se possível inferir que tal país possui certa realidade periférica. Com efeito, o país, durante praticamente todo o século XX, teve seu território invadido e submetido a outras nações. Tornou-se política e economicamente dependente de outros governos, retardando sua soberania nacional. Teve sua cultura e história oprimida e reformulada, e sua tradição alienada. Esses fatos históricos desembocam na disparidade econômica e política que o país vive em relação aos países centrais.

Por outro lado, pode-se argumentar que, desde 1993, o país vem conquistando maior espaço no cenário global. Em 2004 passou a integrar a União Europeia (UE), o que lhe concedeu um acesso privilegiado na dinâmica do sistema-mundo, recebendo fundos e

^{2.4}

³¹ "As should be clear by now, provincializing Europe is not a project of rejecting or discarding European thought. Relating to a body of thought to which one largely owes one's intellectual existence cannot be a matter of exacting what Leela Gandhi has aptly called "postcolonial revenge". European thought is at once both indispensable and inadequate in helping us to think through the experiences of political modernity in non-Western nations, and provincializing Europe becomes the task of exploring how this thought — which is now everybody's heritage and which affect us all — may be renewed from and for the margins. But, of course, the margins are as plural and diverse as the centers. Europe appears different when seen from within the experiences of colonization or inferiorization in specific parts of the world. Postcolonial scholars, speaking from their different geographies of colonialism, have spoken of different Europes. (...) Yet, however multiple the loci [sic] of Europe and however varied colonialisms are, the problem of getting beyond Eurocentric histories remains a shared problem across geographical boundaries" (Chakrabarty, 2000, p. 16-17).

garantias desse sistema político continental, hegemônico e central. O estado da arte, ainda que não balize a discussão exatamente nos termos de Norte e Sul global, sugere que a República Tcheca possui fases diferentes de desenvolvimento e que se encontra em transição da periferia para o centro. Esse debate está normalmente centrado na questão da dependência e do progresso econômico (Kratochvíl & Sychra, 2019; Vliegenthart, 2010; Lane, 2010).

Nesse sentido, conclui-se que atualmente a República Tcheca se encontra na posição global de periferia relativa, ou semiperiferia, mas pertencente ao Sul global. A relevância de se contextualizar e classificar os países dentro da geopolítica mundial está, entre outros motivos, na possibilidade de compreender os demais processos de hierarquia formados interna e externamente. Compreender que o continente europeu possui uma pluralidade de realidades é axial para uma análise mais profunda do sistemamundo, observando as diferentes lógicas de dominação e imperialismo ainda vigentes.

Considerações finais

O debate sobre a dinâmica centro/periferia em âmbito global não é incipiente. Desde a metade do século XX os estudos pós-coloniais enfatizam a necessidade de revelar as condições de dominação e dependência que os países pertencentes ao eixo central do capitalismo moderno impõem às demais nações do sistema-mundo. A teoria Cepaliana (Medeiros & Vieira, 2007) e a marxiana (Quijano, 2014; Dussel, 2000, 1994), por exemplo, expuseram como a concepção de modernidade foi construída a partir da lógica da Europa/Ocidente como centro e as demais regiões como o "outro" ou, mais especificamente, como a periferia global. O intuito do presente artigo foi, contudo, complexificar as concepções de centro/periferia e de Norte e Sul global ao tratar de um país europeu, pertencente à União Europeia, mas que mesmo assim não se configura como centro hegemônico de poder: a República Tcheca.

Observou-se que durante praticamente todo o século XX a República Tcheca teve seu território invadido e submetido a outras nações. Até o fim da Primeira Guerra Mundial

(1918) o país era regido pelo Império Austro-Húngaro. O período entre-guerras (1918-1939), ainda que frutífero em certos avanços, foi curto e conturbado. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o território tcheco(-eslovaco) foi ocupado e controlado pela Alemanha Nazista, que reconfigurou o país não só politicamente, mas também em todas as demais esferas da vida social. Com o fim da Segunda Guerra, o Partido Comunista da Tchecoslováquia instaurou o regime comunista mimetizado no modelo soviético e controlado pela URSS, período que perdurou até 1989, ou seja, por quarenta anos.

Portanto, o contexto histórico da República Tcheca é axial para explicar sua posição atual dentro da geopolítica global. Trata-se de décadas de dependência política e econômica, que fez com que o país tivesse sua soberania retardada, se balizando longe dos centros, ou, em termos de Guerreiro Ramos (1960, p. 93), fez com que ele se tornasse um "proletariado externo dos países do centro econômico". Por outro lado, é necessário considerar que desde sua inserção na União Europeia, em 2004, o país vem galgando um caminho de rápidas transformações, tendo certa ruptura com sua condição periférica. De todo modo, ainda é um país que não possui força hegemônica e é pautado pela agenda do centro, apresentando uma posição de semi-periferia.

Ao balizarmos a República Tcheca no Sul global, compreendemos que a inequidade dos padrões de poder entre as nações supera as barreiras geográficas e até mesmo sistemas-político supranacionais que se apresentam como força unitária e homogênea, como a União Europeia. A partir do debate proposto, abre-se uma gama de análises possíveis para se compreender a lógica do mundo contemporâneo, e assim, fortalecer as trocas e aproximações de países que dividem posições semelhantes, como a relação entre nações Sul-Sul.

Referências

ARNASON, J. P. (2005). Alternating Modernities: the case of Czechoslovakia. *European Journal of Social History*, Sage Publications, v. 08, n. 04, p. 435-451.

ASLUND, A. (2012). *How Capitalism was built*: the transformations of Central and Eastern Europe, Russia and Central Asia. Cambridge: Cambridge University Press.

BARROS, F. L., & TAVOLARO, L. G. M. (2017). Latino-americanismos, campos de produção e difusão de conhecimento e informação sobre a "América Latina", e mapeamento preliminar do caso brasileiro. *Realis*, v.7, n. 01, p. 42-76. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/issue/view/2292 Acesso em: 25 Dez. 2019.

BERTONHA, J. F. (2015). O império Austro-Húngaro: o ator desconhecido da Primeira Guerra Mundial. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 115-137. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n32p115 Acesso em: 25 Dez. 2019.

BOYADJIEVA, P. (2010). Shooting at a moving target: Rediscovering sociology in Bulgaria. *In*: PATEL, Sujata (ed.). *The ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions*. Londres: Sage Publications.

CARDOSO, F. H., & FALETTO, E. (1975). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

CEPAL. (2020). *Sobre a CEPAL*. Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0 Acesso em: 06 Mai. 2020).

CHAKRABARTY, D. (2000). *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University.

CONNELL, R. (2012). A Iminente Revolução na Teoria Social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 9-20. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n80/v27n80a01.pdf Acesso em: 10 jan. 2020.

CONNELL, R. (2007). *Southern Theory. The Global Dynamics of Knowledge in Social Science.* USA, Malden: Polity Press.

ČORNEJ, P., & POKORNÝ, J. (2015). A Brief history of the Czech Lands. Praga: Práh.

CORONIL, F. (1996). Beyond Occidentalism: Toward Nonimperial Geohistorical Categories. *Cultural Anthropology*, v. 11, n. 1, p. 51-87. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/656209?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page scan tab contents Acesso em: 28 Ago. 2019.

DADOS, N., & CONNELL, R. (2012). The Global South. Contexts, v. 11, n. 1, p. 12-13.

DUSSEL, E. (2000). Europa, Modernidad y Eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). *La Colonialidad del Saber. Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf Acesso em: 26 Ago. 2019.

DUSSEL, E. (1994). *1492: el encubrimiento del otro: hacia el origen del "mito de la modernidad"*. Colección Academia, n. 1. La Paz: Plural Editores. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/otros/20111218114130/1942.pdf Acesso em: 26 Ago. 2019.

KARÁDY, V., & NAGY, P. T. (2019). *Sociology in Hungary. A Social, Political and Institutional History*. Palgrave Pivot.

KARLSEN, J. (2018). Power, Institutions and Peripheries: what can a small university college do? In: PINHEIRO, Rômulo; YOUNG, Mitchell; ŠIMA, Karel (ed.). *Higher Education and Regional Development. Tales from Northern and Central Europe.* Palgrave Macmillan.

KOLEVA, S. (2018). *Totalitarian Experience and Knowledge Production: Sociology in Central and Eastern Europe 1945-1989*. Boston: Brill.

KRATOCHVÍL, P., & SYCHRA, Z. (2019). Czech Republic: a paradise for Eurosceptics? *In*: KAEDING, M. *et al.* (ed.). *The Future of Europe*. Palgrave Macmillan.

KREJČÍ, J., & MACHONIN, P. (1996). *Czechoslovakia, 1918-92: A Laboratory for Social Change*. Palgrave Macmillan.

LANE, D. (2010). Post-socialist states and the world economy: the impact of global economic crisis. *Historical Social Research*, v. 35, n. 2, p. 218-241.

LOUZEK, M. (2018). Czech Privatisation 25 years later. *The World Economy*, v. 42, n. 3, p. 1-12.

LYNCH, C. E. C. (2015). Teoria Pós-Colonial e Pensamento Brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci arttext&pid=S0103-49792015000100027&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 24 Out. 2019.

MARTINS, P. H. (2013). América Latina como expresión del sistema-mundo en la organización de los modelos de desarrollo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, p. 331-346. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n68/a08v26n68.pdf Acesso em: 27 Out. 2019.

MEDEIROS, M. A., & VIEIRA, A. A. (2007). Lógicas de centro versus dinâmicas de margens: a questão subnacional na União Européia. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 363-392. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200004&lng=en&nrm=iso Acesso em: 26 Ago. 2019.

PETRAŠOVÁ, T., & ŠVÁCHA, R. (ed.). (2017). *Art in the Czech Lands 800 – 2000.* Arbor Vitae Societas.

QUIJANO, A. (2014). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: QUIJANO, Aníbal (org.). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia historico-estrutural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf Acesso em: 30 Out. 2019.

RAMOS, G. (1996). A Redução Sociológica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

RAMOS, G. (1960). O problema Nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Saga.

RUPNIK, J. (1990). Central Europe or Mitteleuropa? *Daedalus*, v. 119, n. 1, Eastern Europe... Central Europe... Europe, p. 249-278. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20025291?read-now=1&seq=1#page scan tab contents Acesso em: 30 Out. 2019.

SAID, E. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, B. S. (2016). Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 24-56. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci arttext&pid=S1517-45222016000300024&lng=en&nrm=iso Acesso em: 30 Out. 2019.

SHEPHERD, R. H. E. (2000). *Czechoslovakia: the Velvet Revolution and Beyond.* Palgrave Macmillan Press.

SIMONOVÁ, N., & ANTONOWICZ, D. (2006). Czech and Polish Higher Education – from Bureaucracy to Market Competition. Sociologický časopis/Czech Sociological Review, v. 42, n. 3, p. 517–536.

URBÁNEK, E. (1994). Ups and Downs in Czech Republic. *In*: KEEN, M. F.; MUCHA, J. (ed.). *Eastern Europe in Transformations: the impact on sociology*. London: Greewoodpress.

VLIEGENTHART, A. (2010). Bringing dependency back in: the economic crisis in post-socialist Europe and the continued relevance of dependent development. *Historical Social Research*, v. 35, n.2, p. 242-265.

WALLERSTEIN, I. (2004). *World-system analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press.